

A porta dos fundos

Wilson Figueiredo

Nenhum eleitor, de primeira ou segunda mão em matéria de sucessão presidencial, é capaz de citar na bucha quatro nomes entre dez pessoas das suas relações que tenham no Rio a intenção de votar em Collor de Mello.

Não se percebe ao nosso lado quem é esse eleitor a que as pesquisas dão ouvidos e cuja preferência política vem dando o que falar. O presidente Sarney já fez saber, aos chegados as suas reservas às sondagens de opinião pública, e nisso coincidiu com o ex-vice-presidente Aureliano Chaves. Não é a coincidência que os reúne. Os dois tiveram a mesma origem política, mantiveram-se juntos a despeito de tudo e foram vice-presidente pelo voto indireto. Um, porém, foi poupado da prova de competência política — é a diferença que conta. Acham igualmente que, com pesquisas de língua solta como estas, seria melhor entregar as agências de opinião pública a responsabilidade de escolher o futuro presidente. São pré-moderos.

Pesquisas não dizem e se esse mesmo eleitor admite mudar a sua preferência por outras razões que a própria razão também desconheça. É claro que ele pode mudar. Há tempo de sobra, e o sigilo tanto protege o voto quanto a intenção de voto. O eleitor, se quiser, modifica a própria intenção no mês seguinte.

Ninguém consegue ser bem-sucedido no teste de apontar quatro conhecidos entre dez parentes ou amigos que confessem a intenção de votar em Collor de Mello. Não obstante, a percentagem continuava subindo até o começo de junho, com o risco de acontecer com os eleitores o que se passava nos anos 40, quando se dizia: "Nove entre dez estrelas de Hollywood usam sabonete Lever." Usavam, mas não havia como comprovar. O mercado fazia de conta que acreditava.

Recomenda-se a candidatos e eleitores, que se automedicam em suas aflições políticas, valerem-se do conselho de bula de remédio: não desaparecendo em 15 dias os sintomas, convém procurar um médico. A inexplicada preferência por Collor de Mello deve ser tratada em suas causas e não na consequência que é a cabeça inchada. Receia-se que noye entre dez eleitores possam em breve preferir a candidatura Collor de Mello.

Como ficaria a sucessão se as pesquisas viessem a registrar 120% ou mais de preferência por Collor? O Brasil teria que importar eleitores da Argentina para honrar intenções tão enfáticas.

Enquanto o candidato corre os riscos de sair do Brasil para não enfrentá-los aqui, há tempo para conhecer de perto esse eleitor a quem estamos sendo apresentados todos os meses pelas pesquisas. Não é uma figura de hábitos normais quem fixa no vidro traseiro do automóvel um plástico com o nome do candidato mais bem suprido de intenções de voto. Só o nome, para ser lido pelos ocupantes do carro de trás. Nada de *slogans* para fazer cabeças soltas. Collor, com os dois l, a cores, um verde, outro amarelo. Singeleza e patriotismo.

Quem é, afinal, o eleitor que adianta com tanta antecedência a disposição de votar em Collor? Pela aparência, trata-se do infeliz proprietário de um automóvel de segunda mão. Como se sabe, medem-se atualmente pela idade do automóvel os níveis de consumo dentro da classe média. Há uma relação política direta (e outra social inversa) entre o carro usado e o eleitor de Collor de Mello. Carro do ano não declara no para-brisa o voto do proprietário. É pesquisa para o Detran.

A sociedade que está por trás dessa persistente intenção de voto é a mesma que desaprendeu a pensar politicamente. A arrogância política tem poder de multiplicar os votos do candidato mas não torna mais democrática uma eleição, e, se o eleger, não o ajudará a governar. Disso já sabemos por experiência. Há 50 e poucos anos o Brasil viu por dentro a moda da prepotência e da arrogância, mas não viu a eleição. E há trinta anos inexatos Jânio Quadros se elegeu com a intimidação mas não conseguiu governar por falta de persuasão. Ainda por aí até hoje como alma penada.

Desde que ninguém está obrigado a honrar uma declaração de voto tão secreta quanto o próprio voto, o eleitor passa a interessar muito mais que o próprio candidato. Os partidos não dão ao eleitor a confiança de consultá-lo antes e, em consequência, o jeito é apelar para as pesquisas. Infelizmente, o eleitor não consegue oferecer com clareza os motivos da sua franqueza de preferir Collor aos demais. Não explica sequer por que retirou a intenção de um candidato para dar a outro que vem a ser o seu contrário. É bem verdade que o candidato também não consegue apresentar argumentos convincentes para a preferência acima do seu merecimento político. Como não é por antiguidade, fica sem explicação.

Um não sabe (nem quer saber) porque vota, e o outro prefere não examinar a fundo o motivo pelo qual está sendo votado. Melhor, no entanto, evitar compromissos nessa ordem subterrânea. Mesmo porque a ideia de Collor era ser candidato para se livrar de dois anos no governo de Alagoas, ficar conhecido dos eleitores e disputar a sucessão do Rio no ano que vem. Não duvidava das pesquisas que reconheciam a liderança de Léonel Brizola. Como é que aconteceu?

Com a disposição juvenil que é o seu charme eleitoral, Collor declarou acintosamente que não cumpriria a decisão do Supremo Tribunal Federal mandando pagar os vencimentos do marajá mais emplumado de normas legais em Alagoas. Pelo que se sabe, não cumpriu mesmo — e nada lhe aconteceu. A preferência tem alguma coisa a ver com o comportamento acima da lei.

Há uma relação política tácita, a ser avaliada com urgência, entre o candidato e o eleitor que se sente bem atendido nas aspirações de se realizar socialmente ainda que por outros meios. É esse obscuro desejo que pode explicar tudo, depois de garantir a Collor a preferência que volta as costas à origem democrática do voto.

Melhor que qualquer outro, o preferido pode ter acesso aos sentimentos informais que explicam parte do seu sucesso com os eleitores, usando de cautela para não torná-los conscientes da razão oculta atrás da preferência. E, da sua parte, evitar compromisso com os desdobramentos sociais e políticos dos desafios lançados.

Começou com a desobediência civil ostensiva a popularidade que Collor instigou sem perceber o compromisso embutido na preferência do eleitor. Democracia, no entanto, tanto quanto possível é prática consciente. Nessa inconsciência costuma esconder-se o risco que só se percebe tarde para evitar-lhe as consequências. Mais adiante, já armado candidato, Collor alvejou um *generaleco*. E, ao anunciar que extinguirá o SNL, dirigiu-se ao lado oculto do eleitor, onde se arquivam os preconceitos pequeno-burgueses, anti-militares, anticlericais e antidemocráticos. Devia contribuir para a sucessão ser disputada longe da zona de sombras onde se forma o comportamento coletivo. Não se pode confiar cegamente no instinto democrático do voto, sem considerar as condições objetivas. Que instinto levou Collor a dizer — e logo a estudantes — que o primeiro ato depois de tomar posse será mandar prender o presidente Sarney?

Por aí se vislumbra que não foi só o sentimento democrático, mas o seu avesso, que impressionou inconscientemente o eleitor na postura de Collor de Mello quando ele disse que não cumpriria a decisão do Supremo Tribunal Federal mandando pagar os vencimentos dos marajás emplumados de normas legais. Estava falando, por cima da razão, a prevenção residual contra a autoridade e a lei, e arrombando a porta dos fundos da democracia.